

Reflexões acerca do conceito de língua como uma instituição social em William Dwight Whitney

Daniel Marra

Sebastião Elias Milani

Submetido em 22 de novembro de 2012.

Aceito para publicação em 05 de maio de 2013.

Cadernos do IL, Porto Alegre, n.º 46, junho de 2013. p. 129-147.

POLÍTICA DE DIREITO AUTORAL

Autores que publicam nesta revista concordam com os seguintes termos:

- (a) Os autores mantêm os direitos autorais e concedem à revista o direito de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Creative Commons Attribution License, permitindo o compartilhamento do trabalho com reconhecimento da autoria do trabalho e publicação inicial nesta revista.
- (b) Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada nesta revista (ex.: publicar em repositório institucional ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial nesta revista.
- (c) Os autores têm permissão e são estimulados a publicar e distribuir seu trabalho online (ex.: em repositórios institucionais ou na sua página pessoal) a qualquer ponto antes ou durante o processo editorial, já que isso pode gerar alterações produtivas, bem como aumentar o impacto e a citação do trabalho publicado.
- (d) Os autores estão conscientes de que a revista não se responsabiliza pela solicitação ou pelo pagamento de direitos autorais referentes às imagens incorporadas ao artigo. A obtenção de autorização para a publicação de imagens, de autoria do próprio autor do artigo ou de terceiros, é de responsabilidade do autor. Por esta razão, para todos os artigos que contenham imagens, o autor deve ter uma autorização do uso da imagem, sem qualquer ônus financeiro para os Cadernos do IL.

POLÍTICA DE ACESSO LIVRE

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona sua democratização.

<http://seer.ufrgs.br/cadernosdoil/index>

Sexta-feira, 14 de junho de 2013

23:59:59

REFLEXÕES ACERCA DO CONCEITO DE LÍNGUA COMO UMA INSTITUIÇÃO SOCIAL EM WILLIAM DWIGHT WHITNEY

Daniel Marra¹
Sebastião Elias Milani²

RESUMO: Trata-se, neste artigo, do conceito de língua como uma instituição social tributário a William Dwight Whitney (1827-1894). O pensamento deste sobre a natureza da língua representou um ponto de virada nos estudos da linguagem. Ao postular que a língua é uma instituição social, Whitney, contrariando teorias inatistas, insistiu que ela é uma criação humana como todas as outras instituições sociais. Esta seria a razão pela qual a língua sofre mudanças constantes. Mudanças que surgiriam primeiramente nos falantes de uma língua, na forma de eles refletirem sobre si como indivíduos e como membros de uma sociedade. Dois processos relacionados estariam envolvidos: a mudança dos falantes causaria mudança na língua; a língua mudaria e essa mudança refletiria uma mudança nos falantes.

PALAVRAS-CHAVE: Whitney; língua; instituição social; mudança linguística.

1. INTRODUÇÃO

William Dwight Whitney (1827-1894) concebia a língua como um produto da vontade dos indivíduos, os quais, de acordo com suas necessidades, adaptariam esse elemento às circunstâncias de uso. Desse modo, todos os itens lexicais que compõem uma língua seriam resultantes de uma série de mudanças promovidas, sob condições históricas, pela vontade e consentimento dos indivíduos (agentes sociais).

As considerações de Whitney sobre a natureza da língua valorizam o falante, pondo em destaque sua atuação sobre os processos linguísticos. É preciso, no entanto, observar que essa valorização do falante não significa que o autor concebesse o indivíduo como o portador da língua ou que este fosse capaz de consciente e intencionalmente criar novas formas linguísticas e de mudar as já existentes. A língua, para o autor, não constituía uma posse individual, mas social. Dessa forma, Whitney postulava que qualquer mudança que ocorresse numa língua seria resultante de uma ação conjunta dos indivíduos. Nenhum item lexical entraria numa língua sem que houvesse a adesão da maioria de seus usuários; de modo semelhante, nenhum indivíduo teria o poder de mudar uma língua, pois a mudança resultaria de um trabalho coletivo. No entanto, Whitney compreendia que a comunidade não tem o poder de agir senão por intermédio de seus membros individuais, que são agentes/atores no processo de transmissão, propagação e conservação de uma língua.

1 Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins. Doutor em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Goiás. E-mail: delmarra2004@hotmail.com

2 Professor da Universidade Federal de Goiás, Doutor em Semiótica e Linguística Geral pela Universidade de São Paulo. E-mail: sebaselias37@hotmail.com

Whitney considerava a língua uma instituição social semelhante a todas as outras, ou seja, como a política, o direito e a religião. Desse modo, o autor já imprimia na língua as características próprias das instituições sociais ou dos fatos sociais como viriam a ser definidos por Émile Durkheim (1895).³

Argumenta-se, a seguir, que, embora o pensamento de Whitney sobre a língua se encaixe na noção de fato social, sua definição permite a emergência do ator social que é o responsável por sua conservação, inovação e propagação. Discute-se, além disso, a dualidade indivíduo *versus* membro da sociedade presente nas teorizações do autor; realça-se o fato de a língua como elemento de natureza social ter como possuidor o membro da sociedade; e levanta-se a hipótese da natureza indistinta dos elementos língua e fala nas teorizações do autor.

Evidencia-se, finalmente, que, na concepção de Whitney, os indivíduos podem criar novas formas linguísticas e modificar as já existentes. Porém, é no seio da comunidade que essas formas serão moldadas e receberão os contornos característicos de seus falantes. Mas o fato a ser observado é que, para Whitney, são os indivíduos que mudam a língua e as ações que a forçam à mudança obedecem a um único princípio: o de estar constantemente se adaptando às circunstâncias e às necessidades de seus usuários.

2. WHITNEY E OS NEOGRAMÁTICOS

O espírito inovador dos neogramáticos abriu caminho para o estabelecimento de uma ciência da linguagem. As concepções destes representaram uma mudança na forma de pensar que colocaria no centro do debate a defesa das línguas vivas como o elemento que poderia constituir-se no objeto único da investigação linguística. Tal perspectiva se opunha ao tipo de estudo praticado pelos comparatistas, que se dedicavam à formulação de hipóteses sobre a origem e o parentesco das línguas indoeuropeias.

Hermann Osthoff e Karl Brugmann (1876), principais representantes da nova escola, fizeram censuras explícitas ao método da Gramática Comparada e seu apego às línguas clássicas documentadas:

[...] apenas o [comparatista] que renunciar para sempre ao anteriormente difundido, mas ainda usado, método de investigação, segundo o qual as línguas são observadas apenas no papel e resolvem tudo através de terminologias, sistemas de regras [...] – somente ele poderá chegar a uma correta ideia da

3 Segundo John Scott (2010), a ideia de instituição social foi usada pela primeira vez entre os sociólogos para descrever “costumes e hábitos culturais de uma sociedade”. Scott diz que essa ideia foi expressa por William Sumner (1840-1910) ao dizer que os hábitos grupais, como “determinadas maneiras de agir, pensar e sentir são adotadas e repetidas ao longo do tempo até se tornarem comportamentos rotinizados e axiomáticos” (*op. cit.*, p. 112). Também Herbert Spencer (1820-1903) já compreendia as sociedades como “instituições abrangentes, domésticas, cerimoniais, políticas, eclesiásticas (ou religiosas), profissionais (ou ocupacionais) e industriais” (*op. cit.*, *loc. cit.*). Porém, segundo Scott, a ideia de instituição “foi expressa com maior sucesso por Durkheim, que generalizou a noção de regras jurídicas, morais ou costumeiras que existem como fatos sociais restritivos numa sociedade particular” (*op. cit.*, p. 113). Assim, Scott argumenta que “as instituições são constituídas a partir de normas ou expectativas sociais amplamente consideradas como obrigatórias e sustentadas por fortes sanções que garantem a conformidade a elas” (*op. cit.*, *loc. cit.*). Ainda segundo Scott, “fica nítida a ideia básica de instituição como uma série de expectativas normativas fundamentais, generalizadas e recorrentes” (*op. cit.*, *loc. cit.*).

maneira pela qual as formas linguísticas vivem e mudam [...] (OSTHOFF; BRUGMANN, 1876 *apud* LABOV, 1994, p. 18, *passim*, grifos nossos).⁴

A escola neogramática emergiu ancorada no pensamento de William Dwight Whitney (1827-1894). As concepções deste sobre como se deveria proceder ao estudo da língua foram fundamentais para o fortalecimento do posicionamento do novo empreendimento, como se pode perceber no testemunho de August Leskien (1840-1916):

As ideias de Whitney, particularmente no período mais recente, têm exercido mais influência na linguística do que se possa imaginar. [...] um caminho metodológico [...] que busca abordar a verdadeira natureza das coisas, neste caso, a natureza real da língua; e certamente uma grande parcela da inspiração para isso vem, indiretamente ou diretamente, de Whitney (LESKIEN, s/d *apud* JAKOBSON, 1971, p. xxvi).

Da mesma forma, Karl Brugmann (1849-1919), numa conferência em Leipzig, em 25 de novembro de 1894, lembrando os anos iniciais do empreendimento emergente, deu realce à influência das ideias de Whitney sobre os jovens gramáticos. Além disso, mostrou o quanto o posicionamento de Whitney sobre a natureza da linguagem e de seu estudo ajudou a moldar seu próprio entendimento sobre esse assunto:

Whitney foi para mim, como para outros jovens estudiosos, um guia no debate de ideias, cuja credibilidade era sem restrição e cujas dicas podiam ser sempre seguidas com muito proveito. E, com o passar do tempo, a forte opinião que adquiri de Whitney nos meus dias de estudante tornou-se mais firmemente estabelecida (BRUGMANN, s/d *apud* JAKOBSON, 1971, p. xxvi).

Outro testemunho veio de Ferdinand de Saussure (1857-1913) que, em 1894, na ocasião da morte de Whitney, foi procurado pelos organizadores da *American Philological Association* para que escrevesse um texto sobre a importância de Whitney para os estudos filológico-comparatistas. Tal texto se juntaria a outros que foram escritos pelos mais importantes estudiosos da linguagem da época. As declarações de Saussure sobre a importância das ideias de Whitney foram, recentemente, editadas por Simon Bouquet e Rudolf Engler no livro *Escritos de Linguística Geral* (2002 [2011]), e se pode perceber assim o pensamento de Saussure sobre o legado de Whitney:

As diferentes tentativas que, *pela primeira vez*, tendiam, entre os anos 1860 e 1870, a tirar, da soma dos resultados acumulada pela gramática comparada, qualquer coisa de geral sobre a linguagem, todas malograram ou não tinham valor de conjunto, salvo a de Whitney, que desde o primeiro momento, estava na direção certa e que, hoje, só precisa ser pacientemente retomada. Ele é o primeiro generalizador que soube não tirar conclusões absurdas, sobre a linguagem [...]. Ele tinha inculcado nos linguistas uma visão mais sensata

4 Todas as citações de obras cujo original está em inglês foram traduzidas pelos autores deste artigo.

daquilo que era, em geral, o objeto tratado sobre o nome de linguagem [...] (SAUSSURE, 2011[2002], p. 176, *passim*, grifos no original).

Conforme assinala Jakobson (1971), depois de Saussure ter escrito mais de quarenta páginas e de não ter chegado a uma conclusão que atendesse aos anseios do que lhe fora pedido, o texto jamais foi enviado, por recusar-se a caracterizar Whitney como comparatista. Saussure foi incisivo: “você me dá a grande honra de me pedir que considere Whitney como um *filologista comparativo*. Mas Whitney nunca quis ser um *filologista comparativo*” (SAUSSURE, 2011[2002], p. 183). O linguista, por outro lado, ressaltou a importância da “visão superior” de Whitney e a originalidade de suas obras *Language and the Study of Language* (1867) e *Life and Growth of Language* (1875).

3. ANALOGIAS ENTRE A NATUREZA DO ESTUDO DA LINGUAGEM E OS ESTUDOS ZOOLOGICOS E GEOLÓGICOS: O PROGRESSO LINGUÍSTICO E O PRINCÍPIO UNIFORMITÁRIO

Uma leitura pouco verticalizada da obra de Whitney poderia, equivocadamente, associá-lo às ideias evolucionistas emergentes do século XIX. Uma das obras mais importantes do autor, *Life and Growth of Language* (1875a), *La vie du Langage* (1875b)⁵, traz no título uma analogia a tais ideias. Michael Silverstein (1971, p. xxii) observou esse fato e argumentou que, embora esse trabalho de Whitney tirasse proveito de uma analogia darwiniana, Whitney já se justificara dizendo que se tratava meramente de uma analogia. Whitney escreveu sua obra num momento de plena ascensão das ideias evolucionistas tributárias a Charles Darwin. Embora discordasse das teses dos comparatistas August Schleicher (1821-1868) e Max Müller (1823-1900) de que a língua fazia parte da biologia humana e como tal deveria receber o mesmo tratamento que os demais elementos pertencentes à natureza, Whitney não conseguiu se esquivar das analogias entre a língua e determinados elementos da natureza.

As discussões que importam para os propósitos deste artigo estão relacionadas à noção de língua como uma instituição social. Contudo, será necessário desenvolver as discussões apresentadas a seguir, que fogem dessa temática, uma vez que uma leitura restrita ao pensamento de Whitney sobre a natureza social da língua deixa emergir, em certos momentos, algumas contradições. Como ficará evidente, o autor preferia analogias entre o desenvolvimento da língua e os processos geológicos. Além disso, ao dizer que a língua está constantemente sendo adaptada às necessidades de seus usuários, o autor deixa expressa a ideia de progresso linguístico, ou seja, a mudança linguística representa um progresso, pois, mudando os indivíduos, a língua muda para que possa representar essa mudança.

Michael Silverstein, na introdução de seu *Whitney on Language* (1971), assinalou o fato de, para Whitney, a língua ser, em qualquer dado momento, imotivada em sua estrutura; em outras palavras, ela é arbitrária. Whitney havia chegado a essa conclusão porque, para ele, nada há de interno ao sistema da língua que possa justificar a presença de determinadas palavras. Assim, o indivíduo, uma vez exposto aos signos de sua língua nativa, cujo objetivo sempre foi o de se comunicar com os demais indivíduos que já

⁵ A versão do livro para o francês foi feita pelo próprio Whitney.

partilhavam de seus significados, para entendê-los e ser entendido por estes, defrontava-se com vocábulos que representavam “signos arbitrários e convencionais”:

[...] todo vocábulo era pra nós um signo arbitrário e convencional: arbitrário, porque qualquer um dos outros milhares de vocábulos poderia ter sido tão facilmente aprendido por nós e associado com a mesma ideia; convencional, porque aquele que adquirimos teve o seu único fundamento e sanção no uso consentido da comunidade da qual fazíamos parte (WHITNEY, 1867, p. 14).

A compreensão da forma como tais itens lexicais foram incorporados ao sistema da língua tornou-se, assim, num alvo a ser atingido por Whitney: da compreensão da condição da língua que possibilita o surgimento do vocábulo em seu interior à sua disseminação, reprodução, desaparecimento e reaparecimento em estágios futuros da língua. Não raramente, Whitney alinhou seu pensamento às evidências presentes no mundo em torno de si. Assim, da observação da forma como os elementos naturais se comportam e da aparente semelhança entre a natureza de tais elementos e a natureza da língua, surgiam analogias que comparavam, por exemplo, o desenvolvimento da língua com um *crescimento orgânico* ou *desenvolvimento orgânico*:

A língua, como um corpo orgânico, não é mero agregado de partículas semelhantes, é um complexo de partes relacionadas e mutuamente solidárias [...]. Sua ascensão, desenvolvimento, declínio e extinção são como o nascimento, crescimento, decadência e morte de uma criatura viva (WHITNEY, 1971[1867], p. 19).

Whitney visualizava, ainda, paralelismos entre a “vida da língua” e a do reino animal em geral:

A fala de cada pessoa é, por assim dizer, um indivíduo de uma espécie, com sua conformidade geral herdada para o tipo específico, mas também com suas peculiaridades individuais, sua tendência à variação e à formação de uma nova espécie. Os dialetos, as línguas, os grupos, as famílias, as ações estabelecidas pelo estudioso da Linguística correspondem às variedades, espécies, gêneros, e assim por diante, do zoólogo. E as questões que os estudiosos da natureza estão avidamente discutindo nos dias atuais – a natureza das distinções específicas, a derivação das espécies através da variação individual e da seleção natural, a unidade da origem da vida animal – todas são muito parecidas com aquelas que o estudioso de Linguística tem a oportunidade de constante tratar (*op. cit.*, p. 19-20).

Analogias como essas, que Whitney considerava instrutivas, eram repetidas tanto por estudiosos da natureza quanto por estudiosos da língua. O próprio linguista citou, como exemplo, o trabalho de Sir Charles Lyell (1797-1875) que “desenvolvera em seu *Antiquity of Man*, capítulo xxiii, um lúcido argumento analógico sobre a teoria darwiniana da evolução das espécies” (*op. cit.*, p. 20). Por outro lado, criticava duramente o fato de alguns linguistas buscarem correlacionar as teorias evolutivas de Darwin com os fatos da língua. Seu principal embate era com o comparatista alemão August Von Schleicher (1821-1868):

O professor August Schleicher, em seu *Die Darwinische Theorie und die Sprachwissenschaft* [A Teoria Darwiniana e a Linguística] (1863), tenta, terminantemente, provar, com a ajuda de analogias, a verdade da teoria darwiniana, sem atentar para o fato de que a relação entre as duas classes de fenômenos é apenas analógica, não essencial (*op. cit.*, p. 20, grifos nossos).

Whitney, claramente, preferia analogias entre a ciência da linguagem e a Geologia. O autor fez referência a Sir Charles Lyell, fundador da Geologia moderna, ao estabelecer a seguinte comparação:

A ciência da linguagem é, como sempre foi, a geologia dos tempos mais modernos, a Era do Homem, tendo como tarefa construir a história do desenvolvimento da Terra e de seus habitantes, do tempo em que os registros geológicos adequados permanecem silenciosos; *quando o homem, não mais um mero animal, começa, com o auxílio da língua, a testemunhar seu próprio progresso e o do mundo a sua volta* (*op. cit.*, *loc. cit.*, ênfase no original).

Se, por um lado, Whitney não conseguia se esquivar do uso de analogias em sua busca pela compreensão da natureza da língua, esse mesmo autor reconhecia, por outro lado, o perigo de tais recorrências, pois se tratava de analogias meramente. Tratava-se de ilustrações instrutivas, mas que podiam também conduzir a erros, caso o pesquisador permitisse que as analogias determinassem sua visão fundamental sobre a natureza da língua e sobre seu método de estudo. Assim, para Whitney, eram exemplos claros de que as analogias estavam determinando a visão do pesquisador quando este chamava a língua de um organismo vivo que se desenvolve por si só, ou dizia que a Linguística é uma ciência física por causa da Zoologia e da Geologia.

A recorrência analógica entre o desenvolvimento da linguagem e do próprio desenvolvimento do Planeta, presente na obra de Whitney, encontra explicação em seu desenvolvimento intelectual e em seu conhecimento de Geologia e Arqueologia. Whitney graduou-se em 1845, na Universidade *Williams College*, na cidade de Northampton, estado de Massachusetts, Estados Unidos. Segundo Silvestein (1971), durante esse período, Whitney foi um naturalista por excelência, tendo colecionado espécimes e participado de expedições geológicas com seu irmão mais velho, Josiah Whitney (1819-1896), que seria, mais tarde, professor de Geologia em Harvard. Whitney teria sido, assim, diretamente influenciado pelas “revoluções” na Arqueologia e na Geologia que exerceram influências sobre o pensamento geral do século XIX.

Seguramente, Whitney afirmava que não existia uma forma de investigar os estágios mais antigos de um processo histórico contínuo sem que se investigassem os últimos estágios, ou aqueles fenômenos que se observam no presente, para que, da observação destes, se tirassem as analogias para a compreensão do passado.

O geólogo estuda as forças que estão agora alterando lentamente a forma e o aspecto da crosta terrestre, [...] ele aplica os resultados de suas observações com confiança para explicar fenômenos que datam de uma época em que a imaginação humana pode dificilmente alcançar (WHITNEY, 1867, p. 253, *passim*).

O grande nome dos estudos geológicos no século XIX era Sir Charles Lyell (1797-1875). Este esperava estabelecer a Geologia como ciência legítima ao insistir que as teorias deveriam ser baseadas em observações empíricas em vez de especulações metafísicas. Além disso, postulava que a história orgânica e inorgânica da Terra poderia ser explicada por forças que estão operando na natureza no tempo presente, teoria que se tornara conhecida como “uniformitarianismo”.

A teoria concorrente da época era o catastrofismo, frequentemente associado aos estudos que buscavam correlações entre eventos bíblicos e o estado atual da Terra. Whitney, no entanto, combatia duramente tais pensamentos. Para o autor, tratava-se “senão de uma filosofia superficial, como de uma geologia superficial”, estudos “que explicam as mudanças passadas através de catástrofes e cataclismos” (WHITNEY, 1971[1867], p. 87).

Keith Burich (1992) diz que Lyell concebia uma forma de desenvolvimento “progressivo” dentro dos limites que seu posicionamento sobre o assunto podia-lhe permitir.

O progresso ocorria gradualmente e uniformemente através do tempo, e em seu caminho, argumenta Lyell, seria determinado por leis naturais em vez de intermitentes e indeterminadas catástrofes. De fato, ele se tornara tão convencido da eficácia da teoria evolucionária para explicar o curso da história orgânica que discordara da afirmação de Darwin de que a natureza não tem “leis fixas ou necessárias de progresso” (BURICH, 1992, p. 640).

Stephen Jay Gould (2006 [1977]) também deu ênfase a duas das principais teses de Lyell: a de que “a lei natural não varia”; e a de que “o presente é a chave do passado”. Gould ainda sintetizou a teoria da uniformidade de Lyell em quatro componentes principais: 1) “As leis naturais são constantes (uniformes) no espaço e no tempo”; 2) “Os processos que operam agora para moldar a superfície da terra devem ser invocados para explicar os acontecimentos do passado (uniformidade do processo através do tempo)”; 3) “A mudança geológica é lenta, gradual e constante e não cataclísmica ou paroxística (uniformidade de ritmo)”; 4) “A terra tem sido fundamentalmente a mesma desde a sua formação (uniformidade de configuração)” (*op. cit.*, p. 146-147).

Lyell tornou-se o fundador da Geologia moderna. Suas concepções de que a história orgânica e inorgânica procedem-se gradualmente e uniformemente, ligando o passado ao presente e as espécies existentes a um ancestral comum, são ainda comumente aceitas pela comunidade científica. Lyell publicou seu *Principles of Geology*, três volumes, entre 1830 e 1833. Seu título completo é *Principles of Geology, being an attempt to explain the former changes of the earth's surface by reference to causes now in operation*.⁶ O livro de Sir John Lubbock (1834-1913), *Pre-historic times, as illustrated by ancient remains and the manners and customs of modern savages* (1875), levou a abordagem de Lyell para a Antropologia. Na Linguística, como vem sendo mostrado, o trabalho de Whitney foi o que mais se beneficiou de tal abordagem.

Ao investigar a forma como as mudanças se implementam na língua, Whitney acreditava que as circunstâncias do uso linguístico foram menos favoráveis para os

6 Princípios de geologia, uma tentativa de explicar as mudanças passadas da superfície terrestre através de referência às causas que estão em operação no presente.

falantes de um passado mais remoto do que para os falantes atuais. O desenvolvimento do conhecimento, da cultura e da educação teria permitido aos indivíduos reflexões sobre a língua e cuidados com o seu uso. Dessa forma, argumentava sobre a possibilidade de “nossa fala comum não ter nenhum perigo de sofrer nos próximos mil anos o décimo da mudança que sofreu no último milênio”. Entretanto, assegurava que “*as forças que estão operando nela, no presente, são as mesmas que sempre operaram* e os efeitos que estão produzindo são do mesmo caráter essencial: ambos são inerentes à natureza da língua e inseparável de seu uso” (WHITNEY, 1867, p. 24-25, ênfase no original).

Além disso, para Whitney, os elementos que diferenciam uma língua qualquer de seu ancestral, ou de outra língua com a mesma ancestralidade, são resultantes de uma mudança gradual no uso dos membros de uma comunidade. Tais alterações na língua se implementariam de forma lenta, pois, caso contrário, não responderia aos propósitos da comunicação. Argumentava o autor que “se leva tempo até mesmo para a mais fácil das mudanças, como corrupção fonética ou abreviatura, ganhar a aprovação de uma comunidade e tornar-se estabelecida como a lei de sua fala” (WHITNEY, 1971 [1867], p. 81).

Craig Christy (1983) analisou o surgimento e desenvolvimento do chamado “princípio uniformitário” nas ciências históricas e sua adoção pelos estudos da linguagem. Primeiramente formulado pelo geólogo escocês James Hutton, em 1785, tal princípio tornara-se fundador da Geologia moderna com Charles Lyell: “o conhecimento dos processos que operaram no passado pode ser deduzido através da observação de processos que estão em andamento no presente” (CHRISTY, 1983 *apud* LABOV, 1994, p. 21).

A influência de Whitney sob os neogramáticos reforçou o estabelecimento desse princípio naquela escola, conforme testemunho de Brugmann (1897):

Entre as várias contribuições valiosas de William Dwight Whitney à ciência linguística, uma é especialmente importante e representa um princípio fundamental. Ela pode ser dita nas seguintes palavras: ao explicar fenômenos pré-históricos da língua não devemos presumir outros fatores senão aqueles que somos capazes de observar e analisar no período histórico do desenvolvimento da língua. *Os fatores que produziram mudanças na fala humana cinco ou dez mil anos atrás não podem ter sido essencialmente diferentes daqueles que estão operando no presente* para transformar as línguas vivas (BRUGMANN, 1897 *apud* LABOV, 1994, p. 22, ênfase no original).

O êxito dos postulados neogramáticos acerca da necessidade de estudar as línguas vivas consolidou o uso do princípio uniformitário como fonte explicativa da mudança linguística nos estudos do século XX. William Labov (1994) declarou que tal princípio deve representar “as suposições de todas as investigações futuras”. No entanto, fez restrições ao alcance de sua capacidade explicativa quando diferenças sociais estão envolvidas.

Uma vez que esse princípio depende de uniformidades na base fisiológica da língua, ele deve estar correto, já que não há indicação de diferenças entre o passado linguístico e seu presente nesse sentido. Mas o princípio uniformitário é mais problemático onde as diferenças sociais são consideradas e, nesse caso, devemos ficar alertas a sua limitação (LABOV, 1994, p. 23).

Tem razão Labov em dizer que as afirmações da teoria uniformitária são “suposições necessárias de trabalho”. Como observou John Stuart Mill (s/d, *apud* GOULD, 2006 [1977], p. 146), afirmações como “as leis naturais são constantes (uniformes) no espaço e no tempo” ou que “os processos que operam agora [...] devem ser invocados para explicar os acontecimentos do passado” não são declarações sobre o mundo, mas afirmações metodológicas *apriorísticas* necessárias para que os pesquisadores procedam a qualquer análise do passado. Gould, que estava de acordo com a declaração de Mill, afirmou que “apenas os processos atuais podem ser observados diretamente. Portanto, saímos-nos melhor quando explicamos os acontecimentos passados como resultado de processos ainda atuantes”.

Trazendo novamente a discussão para o domínio da Linguística, se se entende que a língua não é um objeto natural, isto é, não é parte da biologia humana, logo, as leis fixas da natureza não teriam lugar nessa ciência. Whitney não entendia que a língua fosse um objeto natural, pelo contrário, defendia que ela havia sido criada pelo seres humanos e aprendida por cada indivíduo que nasce. Labov argumentou que o princípio uniformitário “depende de uniformidades na base fisiológica da língua”, isto é, nos processos articulatórios, que são parte da fisiologia humana. Se o entendimento é que as mudanças ocorridas numa língua têm causas outras que não as relacionadas com os processos articulatórios do indivíduo, o princípio uniformitário tem sua validade reduzida. Por outro lado, não se pode ignorar o fato de que há uma diferença substancial entre o pensamento do século XIX (Whitney) e o do século XX (Labov). Desse modo, embora as discussões de Labov sejam invocadas aqui, seria uma injustiça histórica analisar o pensamento de Whitney em concordância com as descobertas do século XX.

As ideias de Whitney se localizam no contexto de transição da Escola Comparatista para a Neogramática. O pensamento naturalista, que não somente dominava os discursos de Schleicher e Müller, representantes da Gramática Comparada, mas também perpassava várias áreas de conhecimento da época, ainda ecoava nos escritos de Whitney. Os itens lexicais de que Whitney fez uso para compor seu discurso são reveladores da influência do pensamento desse período. Embora o autor estivesse certo da natureza da língua como uma instituição social, uma criação humana que obedece a vontade da maioria de seus usuários, não conseguiu se esquivar do uso de terminologias que faziam analogias a outros elementos da natureza.

Thomas S. Kuhn (2007 [1962], p. 232), ao falar dos valores compartilhados pelos estudiosos vinculados a uma área de conhecimento, argumentou que, embora tais valores envolvam esses cientistas de forma tal que se tornam constitutivos da ciência, ou do campo de conhecimento, “algumas vezes a aplicação dos valores é consideravelmente afetada pelos traços da personalidade individual e pela biografia que diferencia os membros do grupo”. Ainda segundo Kuhn, “o que um homem vê”, ao olhar para determinado objeto, “depende tanto daquilo que ele olha como daquilo que sua experiência visual-conceitual prévia o ensinou a ver” (p. 150).

A base das ideias linguísticas de Whitney foram firmadas, sem dúvida, sob os postulados da Gramática Comparada. Por outro lado, Whitney já havia aprendido a ver o mundo com o olhar da Geologia. Daí ter retirado dessa área as analogias que utilizou para explicar a natureza da linguagem. O discurso sobre os estudos linguísticos mudou a partir da visão de Whitney; no entanto, os valores constitutivos de tais estudos ainda subjaziam a seu discurso. Dessa forma, mesmo rejeitando argumentos que consideravam a língua como um “organismo vivo”, comparáveis aos demais organismos vivos, o autor não deixou de empregar termos correlatos em seus escritos

sobre a natureza da língua. Em outras palavras, suas escolhas lexicais podem levar seus leitores a pensar que suas teorias estão afiliadas às teorias evolucionistas sobre a linguagem, o que certamente não era o que ele defendia.

4. A LÍNGUA COMO UM FATO SÓCIO-HISTÓRICO-CULTURAL

Uma questão importante colocada por Whitney visava a compreender “por que as pessoas falam da forma que falam”. Essa questão direcionou grande parte de suas investigações. Ele acreditava que a resposta para essa questão deveria ser encontrada na história da língua, pois nela estão refletidos a cultura e o desenvolvimento do conhecimento humano. Pela história da língua, seria possível acompanhar o desenvolvimento das instituições humanas, uma vez que ela lhes fornece os signos necessários para o estabelecimento de novas ideias. E é através da língua que as tradições se perpetuam, que as memórias passam para as gerações seguintes. É ela que fortalece e amplia os laços da comunidade.

Uma das tarefas do linguista seria, portanto, reconstruir a história da língua, compreendendo-a como um meio que o ser humano desenvolveu para compartilhar seus pensamentos com os demais membros de sua comunidade. Por ser uma criação humana, nada haveria de interno ao sistema da língua que pudesse conservar a identidade das palavras. Logo, elas ficariam expostas a todos os tipos de mudanças de natureza externas, sobrevindas através da necessidade de seu uso prático.

Quais fatores, porém, seriam responsáveis pela mudança linguística, já que língua está em constante desenvolvimento? O termo *desenvolvimento* deve ser entendido não no sentido de mudanças graduais simplesmente, mas no sentido de progresso, pois, embora a língua não seja “conscientemente fabricada, ela se desenvolve através de uma implícita e constante adaptação à necessidade de expansão das capacidades dos indivíduos” (WHITNEY, 1971, p. 19). Nesse sentido, a língua mudaria porque os indivíduos mudam, o pensamento muda, as instituições mudam, a cultura muda, o conhecimento muda. Mas tais elementos não mudam simplesmente. Está clara a ideia de progresso na concepção whitneiniana. Assim, tais elementos mudam na direção do aperfeiçoamento.

Embora a cultura exerça influência no desenvolvimento da língua, o que para Whitney é um fato, o crescimento da cultura, por outro lado, teria despertado uma tendência a seu uso consciente e reflexivo, e este passou a ser “um dos principais meios de controles sobre todos os processos de mudança linguística” (*op. cit.*, p. 86). Whitney assegurava a regularidade da mudança linguística, que deveria ser gradual e quase imperceptível enquanto em andamento, pois a aprovação geral apenas poderia ser adquirida de forma lenta. Embora a mudança seja sempre resultado da ação de indivíduos, “a influência coletiva de todas as analogias estabelecidas de uma língua é exercida contra qualquer inovação ousada. Por outro lado, ela favorece as que são óbvias ou sugeridas pela própria natureza da língua” (*op. cit.*, p. 17).

O fato é que, para Whitney, são os indivíduos que mudam a língua, e as ações que a forçam à mudança obedecem a um único princípio, o de estar constantemente se adaptando às circunstâncias e às necessidades de seus usuários: nem mesmo “os puristas fanáticos podem se opor a isso, ou se desejam de outro modo, o conservadorismo aqui seria o conservadorismo da ignorância, opondo-se ao progresso da civilização e do desenvolvimento do conhecimento” (WHITNEY, 1867, p. 27). Deve-se ficar claro, no

entanto, que, ao afirmar que são os indivíduos que mudam a língua, Whitney não queria dizer que esse ato fosse consciente, mas simplesmente que eles são os perpetradores, os agentes da mudança, embora não intencionais.

5. LÍNGUA, INDIVÍDUO E COMUNIDADE

A questão formulada e respondida por Whitney, “por que as pessoas falam da forma que falam?”, posta de forma mais restrita noutra ocasião, “por que falam uma língua específica como língua materna ou língua nativa?”, afasta da língua qualquer noção metafísica ou inatista. Para ele, o indivíduo aprende ou é ensinado a falar a língua de seus pais, ou daqueles que o cercam, durante sua infância. Isso significa, em primeiro lugar, que a língua é uma das primeiras e a mais importante aquisição feita pelo ser humano. Em segundo lugar, significa que o indivíduo não nasce em posse da língua, mas precisa aprendê-la com os demais indivíduos da mesma comunidade que, de forma semelhante, tiveram de passar pelo mesmo processo de aprendizado.

As terminologias *língua materna* e *língua nativa*, que em outras épocas estiveram relacionadas a questões biológicas dos seres humanos, como se a língua fosse um órgão interno a estes, ganham definições esclarecedoras no posicionamento do autor. Assim, somente é possível falar de língua materna na medida em que o indivíduo adquire a língua dos lábios de sua mãe; e é apenas possível falar de língua nativa na medida em que ele nasce numa comunidade com uma língua estabelecida, tendo que adquiri-la através daqueles que já a falavam, não porque tenha nascido em posse dela.

Para um indivíduo que nasceu e cresceu em uma comunidade, a apreensão da língua da comunidade foi uma das primeiras aquisições que ele realizara. Ele se apropriou dela da forma que lhe fora possível, nos anos iniciais de sua vida, para fazer dela o elemento que o integraria à comunidade. Para que houvesse tal integração, aqueles que o acompanharam e o instruíram, não o encorajaram, tampouco tolerariam “a independência nos usos gerais da fala” (WHITNEY, 1867, p. 22). Dessa forma, buscando se conformar ao acordo estabelecido, o indivíduo não procurou tal independência.

Mas o que é a língua? Para Whitney, tal questão pode ser respondida mesmo sendo reduzida a uma língua específica. No caso, sua pergunta foi: “o que é a língua inglesa?”. Pode-se, então, ter a mesma resposta se se perguntar o que é a língua portuguesa, a língua francesa, a língua alemã etc. Imagine-se que cada indivíduo pertencente a uma comunidade tenha uma língua particular, por meio da qual ele se relaciona com inteligibilidade com os demais membros em suas línguas particulares. Somem-se, assim, as línguas de todos os membros da comunidade. A *língua* é o resultado de todas as formas, de toda a matéria sonora, de todos os itens lexicais, de toda a cultura e conhecimento refratados nela e de todas as variações individuais. Mas como nunca os mesmos indivíduos enunciam a língua da mesma forma, ela é, então, a *média* de tudo o que é enunciado por um grupo de indivíduos localizados num espaço e tempo determinados:

Ela [a língua] é a soma das línguas particulares de todos os membros dessa comunidade. Ou – uma vez que cada um diz algumas coisas, ou as diz de uma forma, [...] – ela é a sua média ao invés de sua soma; trata-se da parte do conjunto que é sustentada pelo uso da maioria, mas de uma maioria

constituída, em grande parte, pela cultura e educação, não por números simplesmente. Trata-se de uma região poderosa da linguagem, com limites flutuantes e incertos, da qual cada falante se ocupa de uma parte, e um certo ponto central está incluído na parte comum a todos: nesse lugar eles se encontram em um terreno comum; fora dele, são estranhos uns aos outros. Embora seja a mesma língua, ela inclui inúmeras variedades, de tipo e grau muito diferentes: variedades individuais, variedades de classe, variedades locais. Duas pessoas que falam podem falar de modo que sejam ininteligíveis uma para a outra. O fato que lhe dá unidade é que todos os que a falam podem, em grande medida, e em assuntos de interesse mais geral e urgente, falar de modo a compreenderem um ao outro (WHITNEY, 1867, p. 22, grifos nossos).

Essa reflexão de Whitney introduz uma discussão que seria sistematizada por Eugênio Coseriu (2004 [1980]). Este fez distinção entre uma língua histórica, que não possui uma realização concreta, e uma língua funcional, que possui uma realização concreta. A língua histórica representa um *diassistema* que contém as variedades diatópicas, diastráticas e diafásicas. A língua funcional, por se relacionar com o evento comunicativo, é de natureza sintópica, sinstrática e sinfásica. A noção de língua de como a soma de todas as produções individuais, posta no início da citação acima, se encaixa na noção de *diassistema* definida por Coseriu. Ressalve-se que a língua, para Whitney, não é histórica da forma como Coseriu postulou. Ela é histórica porque está inter-relacionada com a história dos seres humanos e pode, por isso, ser estudada como um fato sócio-histórico.

Pode-se dizer também que, para Whitney, a totalidade das produções individuais é superior ao que a língua é. Existem variações na mesma língua, individuais, locais e de classe, mas ela encontra sua homogeneidade na média desses enunciados e sua unidade como parte do conjunto de todos os enunciados. Descarte-se do conjunto as variações individuais e o essencial da língua sobressairá. Ela é representada pelo que há de comum no uso da maioria. Cada falante se ocupa de apenas uma parte da língua, mas há um “ponto central” que interliga a parte com o todo, permitindo o exercício da função comunicativa da linguagem. Desse modo, pode-se fazer uma relação com a noção de língua funcional de Coseriu: os falantes adaptam sua língua de acordo com a situação comunicativa e a realidade linguística dos interlocutores.

Falou-se acima de língua particular no sentido de língua do indivíduo, ou idioleto, que é diferente do sentido que teria o uso da expressão *língua individual*. A língua do indivíduo não é individual, mas social. O indivíduo não cria sua língua, ele a adquire dos lábios daqueles com quem se relaciona. No obra *Principien der Sprachgeschichte* (1880)⁷, o neogramático Hermann Paul (1846-1921), menos de duas décadas depois de Whitney ter publicado *Language and the Study of Language* (1867), fez uma discussão detalhada da relação do indivíduo com a língua. Paul utilizou expressões como língua individual, línguas individuais e língua do indivíduo:

Na formação da língua de um indivíduo, as línguas circundantes mantêm sua participação até o fim. No entanto, pode ser que essas línguas exerçam mais influência nos primeiros anos da língua em questão e diminua à medida que

7 Utilizou-se aqui a tradução inglesa do livro de Paul, *Principles of the History of Language* (1891), feita por H. A. Strong.

esta se desenvolve [...]. Na formação da língua de um indivíduo, as línguas de uma grande quantidade de outros indivíduos estão envolvidas; na verdade, de todos com quem ele tenha, no curso de sua vida, tido contato linguístico, embora, naturalmente, em diferentes graus (PAUL, 1891 [1880], p. 23).

A aquisição linguística pelo indivíduo é contínua, uma vez que este, durante toda sua vida, se mantém em contato com outros indivíduos falantes. A participação destes sobre a formação linguística daquele é mais forte durante a infância, mas continua existindo em menor grau enquanto este viver. A língua do indivíduo não é, portanto, individual; ela é constituída pelas línguas dos demais indivíduos. Como assegurou Paul, “a língua de cada indivíduo se forma [...] por meio das influências das línguas dos vários indivíduos com quem ele se relaciona que, do nosso ponto de vista, podemos considerá-los seus progenitores” (*op. cit.*, p. 22). Em outro momento, Paul reafirma que “é somente por intermédio da interação, e nada mais, que a língua do indivíduo se forma” (*op. cit.*, p. 23), ou seja, é através das relações linguístico-sociais do indivíduo.

Contudo, a língua do indivíduo não representava, para Paul, uma realidade concreta, mas uma abstração. O autor buscava mostrar que os estudos linguísticos deveriam ter um objeto específico e insistiu que tal objeto deveria ser a língua do indivíduo: “finalmente, devemos ressaltar que, mesmo que falemos da língua de um indivíduo, temos de lidar não com uma entidade concreta, mas com uma abstração” (*op. cit.* p. 23). Paul, como a maioria dos neogramáticos, estava interessado em compreender a natureza da mudança linguística. Ao recortar metodologicamente a língua do indivíduo e tomá-la como objeto, Paul não buscava mostrar que o estudo da língua deveria se concentrar no indivíduo, mas na comparação das línguas dos indivíduos para que pudesse perceber como a mudança linguística se implementava:

Para descrever a condição de uma língua adequadamente seria, a rigor, necessário observar com precisão total cada indivíduo pertencente a uma comunidade de fala, observar o caráter de suas ideias como dependentes da língua e comparar os resultados obtidos em cada caso individual. Na realidade, temos de nos contentar com algo muito menos perfeito do que isso – algo mais ou menos aquém de nossos ideais – sempre, porém, de valor considerável (PAUL, 1891 [1880], p. 8).

Embora Paul expressasse a dificuldade de estudar um grande número de indivíduos, talvez por falta de recursos tecnológicos disponíveis em sua época que fossem capazes de registrar e processar uma grande quantidade de dados, o autor assegurava que o estudo dos casos particulares permitia, consideravelmente, o entendimento da natureza da mudança linguística. Ademais, para Paul, assim como já havia declarado Whitney sobre ser a língua a média de tudo o que é produzido pelos indivíduos em um determinado espaço-tempo, o estudo comparativo de tais línguas forneceria também uma “certa média” que revelaria o que é essencial na língua. Assim, “ao comparar organismos individuais da língua, obtemos uma certa média, pela qual a parte estritamente normal da língua – ou seja, seu uso – é definida”. Além disso, “quanto mais indivíduos forem estudados e mais plenamente cada um puder ser observado, mais essa média se torna infalível” (PAUL, 1891 [1880], p. 9).

Diferentemente de Paul, Whitney não chegou a elaborar um corte metodológico que tomasse um elemento como o verdadeiro e único objeto dos estudos linguísticos.

Apesar da importância de sua obra para os estudos linguísticos posteriores, principalmente para a Neogramática, não se pode dizer que Whitney tivesse a intenção de estabelecer uma ciência Linguística. Aliás, ele acreditava que tal ciência já existia e havia nascido com a Gramática Comparada. Seus escritos, no entanto, representaram uma tentativa de corrigir algumas visões que ele considerava distorcidas e ingênuas sobre a natureza da língua e de seu estudo.

Assim, a língua é, para Whitney, mantida em existência por uma tradição ininterrupta, sendo cada geração responsável por passá-la para a geração seguinte. Além disso, uma vez que “em cada falante individual a língua tem [...] uma existência particular e independente” (WHITNEY, 1867, p. 23), esse trabalho é feito por meio da ação de cada usuário da língua que tem a função de propagar a sua parte dela. Dessa forma, “cada indivíduo é um ator nesse processo [...] e, por menor que possa ser a parte do trabalho que cabe a cada um, a soma de todas as partes constitui a força que afeta a transmissão da língua inteira”. Além disso, embora Whitney não concebesse que um único indivíduo tivesse o poder de mudar a língua, não admitia, em nenhum sentido, que sua *agência*, ou sua capacidade de agir, fosse excluída:

A língua e suas mudanças são obras da comunidade; mas a comunidade não pode agir senão por intermédio da iniciativa dos seus membros individuais, que a seguem ou a rejeitam. O trabalho de cada indivíduo é feito impremeditadamente, ou como se fosse inconscientemente; cada um tem apenas a intenção de usar a posse comum em benefício próprio, servindo com isso a suas finalidades pessoais, mas *cada um é, assim, ao mesmo tempo, um ator no grande trabalho de perpetuar e de moldar a língua de forma geral* (WHITNEY, 1971 [1867], p. 18, ênfase no original).

A necessidade de comunicação seria a força que harmonizaria os efeitos da ação individual discordante sobre a língua, mantendo-a, não obstante a suas mudanças incessantes, a mesma para todos os membros da comunidade. De forma semelhante, o fortalecimento dos laços que agregam os indivíduos a uma comunidade tenderia a preservar a homogeneidade da língua. Assim, a língua representaria o reflexo da média e capacidade coletiva da comunidade. Além disso, para Whitney, apenas a comunidade seria capaz de fazer e mudar a língua, pois toda inovação que estivesse em discordância com o uso vigente seria rejeitada pela comunidade.

Nenhum indivíduo pode afetar a língua diretamente, exceto por itens separados de mudança em relação à qual ele estabelece um exemplo para outros seguirem e um exemplo que será seguido na proporção em que as mudanças são concordantes com o uso já vigente e naturalmente sugeridas por esse uso. O caráter e a estrutura geral da língua estão fora de seu alcance, salvo que ele pode aumentar o intelecto comum, e despertar e fertilizar as mentes de seus companheiros e, assim, lançar a semente que pode brotar e dar frutos também na língua. Se ele tentar qualquer coisa como inovação, o conservadorismo da comunidade se voltará contra ele com uma força de resistência contra a qual ele será impotente (WHITNEY, 1971 [1867], p. 48).

6. A POSSE SOCIAL E A AÇÃO INDIVIDUAL

Whitney (1971 [1867], p. 100) declarou que “a fala não é uma posse particular, mas social: ela pertence não ao indivíduo, mas ao membro da sociedade”. Semelhante conceituação faria Saussure anos mais tarde; curiosamente, tal definição para este autor se aplica não à fala, que “é sempre individual e dela o indivíduo é sempre senhor (SAUSSURE, 2006, p. 21)”, mas à língua. Na mesma sequência em que conceitua a fala, Whitney assegura que “nenhum item de uma língua existente é fruto do esforço de um indivíduo; pois o que individualmente escolhemos dizer não é língua até que seja aceito e empregado por nossos compatriotas”. Nesse momento, Whitney parece passar à conceituação de língua. Entretanto, os elementos distintivos de sua natureza em nada se diferem da natureza antes definida para a fala. E, na sequência desse enunciado, o autor continua sua definição de fala como algo inerentemente social: “todo o desenvolvimento da fala, embora iniciado por atos individuais, é forjado pela comunidade”.

Pode-se perceber, pelas declarações acima, que Whitney parece notar a diferença entre o que viria a ser elaborado por Saussure e definido como *langue* e *parole*. No entanto, a imprecisão no uso das terminologias e a mistura de conceitos distintos acabam prejudicando o entendimento de suas definições. Reforça-se, dessa forma, o argumento posto no início deste artigo de que embora Whitney perceba a existência específica dos elementos língua e fala, não conseguiu enunciar essa diferenciação de forma sistemática e conceitual, o que é próprio de seu raciocínio de vanguarda. O fato a ser observado, porém, é que os elementos língua e fala possuem uma natureza que é sempre social.

Nesse sentido, Whitney foi mais coerente que Saussure ao entender que a fala, assim como a língua, é de natureza social. Whitney também antecipou em mais de meio século uma discussão que ganharia contornos esclarecedores através do pensamento de Mikhail Bakhtin (1981 [1929]), que discorda da afirmação de Saussure de que a fala como produto da língua seja individual. Para Bakhtin, uma vez que o indivíduo falante não deve ser tomado como um corpo biológico natural, também a fala como um produto da interação social não deve ser considerada individual.

Há, no entanto, algumas questões sobre o argumento de Whitney que merecem ser discutidas detalhadamente:

- a) Primeiramente, é importante observar a dualidade indivíduo *versus* membro da sociedade presente nas discussões do autor;
- b) Em segundo lugar, a fala como um elemento de natureza social tem como possuidor o membro da sociedade;
- c) Por último, mesmo que os indivíduos criem novas formas linguísticas, ou modifiquem as já existentes, é no seio da comunidade, no calor da interação verbal, que essas formas serão moldadas e receberão os contornos e as marcas identitárias de seus representantes.

Em relação ao primeiro e segundo itens, parece evidente que Whitney compreendia claramente a cisão com que o século XIX compreendia o *indivíduo*: o ser concreto, a personalidade particular, o organismo humano que é único biologicamente; e o *membro da sociedade*, o homem em geral, o ator social, um agente com consciência

e vontade, responsável por sua autorrealização social (ELIAS, 1994; GIDDENS, 1998). Este é quem, através da língua, entra em contato com o mundo exterior.

O membro da sociedade é o ser que aprendeu a língua de seus pais juntamente com todos os códigos morais da sociedade. Todos esses elementos eram-lhe exteriores e exigiram que o indivíduo se apropriasse deles através do aprendizado. Como um ser ativo que é, o membro da sociedade, nos anos iniciais de sua vida, interagiu com os demais membros da sociedade e com as instituições sociais, tornando-se, com o passar dos anos, um portador dos códigos sociais e de sua língua-mãe.

Em relação ao terceiro item, pode-se dizer que, sendo o membro da sociedade um ser atuante, um agente que é portador da língua e das condutas morais, é de se esperar que seja também um criador de novas formas linguísticas e de novos itens lexicais, como também de novas regras de conduta. Ele é capaz e ele cria, mesmo que de forma não intencional. Entretanto, uma vez que tais formas e regras não têm representação significativa se não houver a adesão da maioria dos demais membros, elas não se estabelecerão. Se os demais membros da sociedade se mostrarem receptivos às novas formas, elas, então, percorrerão um longo caminho no espaço social e receberão as marcas identitárias próprias de cada grupo de falantes.

Por ser uma criação humana e servir aos propósitos da comunicação, os elementos língua, comunidade e indivíduo são interdependentes. Em outras palavras, o indivíduo precisa da língua para pertencer a uma comunidade e exercer sua cidadania, logo, depende também da comunidade, que é uma congregação de indivíduos unidos pela mesma língua. A comunidade não existe sem o indivíduo que, congregado aos demais indivíduos, faz sobressair a unidade dela. A língua depende do indivíduo para se manter, pois este é o elo entre aquela e os demais indivíduos congregados em comunidade.

7. CONCLUSÃO

Ao tomar a língua como posse do *membro da sociedade*, Whitney rompia com o pensamento filosófico-clássico que tomava o indivíduo livre e consciente como o senhor da linguagem. Rompia, além disso, com a ideia comumente aceita entre alguns filósofos da linguagem de que a língua era um elemento inato ao indivíduo. Ao mostrar que a língua era um elemento anterior a cada indivíduo que nasce, Whitney mostrava também que ela lhe é exterior. Dessa forma, ela é uma instituição social como são as regras da lei, a religião e a política. Todos esses elementos são anteriores ao indivíduo, pois, ao nascer, eles já estão formados. É nesse sentido que as instituições sociais, ou os fatos sociais, são exteriores ao indivíduo particular, o ser pré-social, o corpo biológico. O *membro da sociedade* não é esse indivíduo pré-social. Ele é o ser que se apropriou, da forma que lhe fora possível, da língua e dos códigos de conduta e das normas morais sociais. Como um ser ativo, agiu sobre as estruturas sociais para reproduzi-las nas interações com os demais membros da sociedade e, dessa forma, a língua, juntamente com todos os códigos sociais, não lhe constituem mais entidades exteriores, mas uma posse concreta. O indivíduo se torna membro da sociedade se apropriando de algo que já está previamente estabelecido na coletividade.

Whitney não compreendia que cada membro da sociedade possuísse a língua inteira ao seu dispor, pois uma língua é constituída também pela cultura, pelos costumes, por elementos relacionados aos espaços sociogeográficos. O autor

compreendia, no entanto, que há uma parte central que é distribuída igualmente a cada usuário, o necessário para que eles sejam inteligíveis uns com os outros. Assim, o autor podia assegurar que, embora um único membro da sociedade não tivesse o poder de mudar a língua, sua *agência*, isto é, sua capacidade de realizar coisas, não podia ser excluída, pois considerava que cada um é um ator no processo de conservação ou de mudança da língua. O membro da sociedade é um ator não intencional, mas que, devido a suas capacidades sociocognitivas, pode se tornar um agente, “um líder”, de conservação ou de mudança na língua.

Em última análise, pode-se dizer que esse indivíduo, a que Whitney chama de membro da sociedade, é um ser social e, como tal, desenvolveu suas habilidades sociocognitivas como membro de uma sociedade. Aprendeu que a sociedade faz exigências aos seres particulares para que se adaptem aos padrões convencionados socialmente. Uma vez que esse indivíduo assimilou a língua, e ela passou a fazer parte de sua constituição psíquica, ele tem o poder de reelaborá-la a cada circunstância de uso. É por meio desse processo que a língua, como uma posse social, se transforma por meio dos usos que os indivíduos fazem dela. “O social”, afirmou Lahire (2006), “não é distinto dos indivíduos”. O contrário também procede. Logo, os indivíduos também não são distintos do social. Embora um único indivíduo socializado não possua interna a si a língua em toda sua completude, no sentido de todos os conceitos e imagens verbais, estrutura, cultura, costumes etc., ele possui o suficiente para representar o mundo que o cerca e desempenhar seu papel de ator social de direitos e liberdades.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Trad. Michel Lahud et al. São Paulo: Hucitec, 1981 [1929].

BURICH, Keith R. Stable Equilibrium Is Death: Henry Adams, Sir Charles Lyell, and the Paradox of Progress. In: *The New England Quarterly*, v. 65, n. 4, p. 631-647, 1992.

COSERIU, Eugênio. *Lições de Linguística Geral*. Trad. Evanildo Bechara. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2004 [1980].

DURKHEIM, Emile. *As Regras do Método Sociológico*. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 2007 [1895].

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. v. 1. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994 [1939].

GIDDENS, Anthony. *Política, Sociologia e Teoria Social: encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo*. Trad. de Cibele Saliba Rizek. São Paulo: UNESP, 1998 [1977].

GOULD, Stephen Jay. *Darwin e os Grandes Enigmas da Vida*. São Paulo: Martins Fontes, 2006 [1977].

JAKOBSON, Roman. The World Response to Whitney's Principles of Linguistic Science. In: *Whitney on Language: selected writings of William Dwight Whitney*. Michael Silverstein (Org.). Cambridge, Massachusetts & London: The MIT Press, 1971.

KOERNER, Konrad. Questões que persistem em Historiografia Linguística. In: *Revista da ANPOLL*, n. 2, p. 45-70, 1996.

KUHN, Thomas S. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. Trad. Beatriz V. Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Perspectiva, 2007 [1962].

LABOV, William. *Principles of linguistic change*. Internal Factors: Volume 1. Malden & Oxford: Blackwell Publishers Inc., 1994.

LAHIRE, Bernard. *A Cultura dos Indivíduos*. Trad. Fátima Murad. São Paulo, Artimed: 2006.

PAUL, Hermann. *Principles of the History of Language*. London: Longmans, Green & Co., 1891 [1880].

SAUSSURE, Ferdinand de. *Escritos de Linguística Geral*. BOUQUET, Simon; ENGLER, Rudolf (Orgs.) Trad. Carlos Augusto Leuba Salum e Ana Lúcia Franco. São Paulo: Cultrix, 2011 [2002].

_____. *Curso de Linguística Geral*. Trad. A. Chelini. J. P. Paes e I. Blikstein. São Paulo: Cultrix, 2006 [1916].

SCHLEICHER, August. *Les Langues de l'Europe moderne*. Paris: Garnier, 1852.

SCOTT, John. *Sociologia: conceitos-chave*. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

SILVERSTEIN, Michael. Whitney on Language. In: *Whitney on Language: selected writings of William Dwight Whitney*. Michael Silverstein (Org.). Cambridge, Massachusetts & London: The MIT Press, 1971.

WHITNEY, William Dwight. Language and the Study of Language. In: *Whitney on Language: selected writings of William Dwight Whitney*. Michael Silverstein (Org.). Cambridge, Massachusetts & London: The MIT Press, 1971.

_____. *Language and the Study of Language: Twelve Lectures on the Principles of Linguistic Science*. London: N. Trubnek & Co., Ludgate Hill, 1884 [1867].

_____. *Life and Growth of Language: An Outline of Linguistic Science*. New York: D. Appleton and Company, 1892 [1875a].

_____. *La Vie du Langage*. Paris: Librairie Germer Baillière, 1875b.

Recebido em: 22/11/2012

Aceito em: 05/05/2013

Versão revisada recebida em: 09/05/2013

Publicado em: 14/06/2013

REFLEXIONS ON THE CONCEPT OF LANGUAGE AS A SOCIAL INSTITUTION IN WILLIAM DWIGHT WHITNEY

ABSTRACT: *This article deals with the concept of language as a social institution tributary to William Dwight Whitney (1827-1894). His thought about the nature of language represented a turning point in linguistic studies. Postulating that language was a social institution, Whitney, contradicting innatist theories, insisted that language is a human creation as all other social institutions. This would be the reason why language is constantly changing. Changes that would arise primarily in the speakers of a language, as they reflect on themselves as individuals and as members of a society. Two related processes would be involved: the change of speakers would cause change in language; language changes and such change would reflect a change in speakers.*

KEYWORDS: *Whitney; language; social institution; language change.*

